

**ESPAÇO MUNICIPAL**

Renovação Urbana e  
Gestão do Património, E.M.

**PLANO DE ATIVIDADES  
2017**



## 1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., vem apresentar o Plano e Orçamento que propõe para o ano de 2017, para apreciação da Excelentíssima Assembleia.

Com tem sucedido nos anos mais recentes, o dossier referente à reabilitação / grande conservação do património tem sido uma importante área da atuação e responsabilidade da empresa. No ano em curso e no próximo este processo é particularmente exigente uma vez que o contrato programa, no montante global de € 4.870.000, assinado com a Câmara, possibilitou a programação para este período, sendo o custo das obras de reabilitação integralmente suportado com capitais próprios da Câmara Municipal.

Todavia, é da máxima importância sublinhar que o ano de 2017 vai exigir da empresa, no que respeita a planeamento, e não só, um esforço acrescido quanto à afetação de recursos ao nível administrativo, técnico e tecnológico. Esse esforço permitirá melhorar as performances no que respeita à operacionalização da aplicação “GEHABIA” da Quidgest e, em larga medida, da sistematização de procedimentos de natureza regular, para além de um melhor acompanhamento, monitorização e cadastramento das operações sociais e de produção.

Importa sublinhar que só é possível perspetivar este nível de planeamento e produção graças ao investimento que tem vindo a ser realizado na consolidação deste sistema integrado. Consolidação que foi a seu tempo objeto de um plano de formação adequado às múltiplas funcionalidades, mas que devido à complexidade da aplicação e também atendendo à necessidade de adequar a resposta dos serviços à evolução legislativa, tem exigido dos técnicos, particular empenho e dedicação, que transcende mesmo as exigências próprias dos seus conteúdos e obrigações profissionais.

Mediante os resultados da permanente avaliação que a gestão de topo vai apurando, na análise cotidiana do desempenho das equipas, pode revelar-se necessário reconfigurar os conteúdos funcionais, afetando os recursos existentes a novas tarefas e responsabilidades.

Tal reconfiguração, a acontecer, vai por certo requerer uma revisão remuneratória para provir o acréscimo ao conteúdo funcional e respetivas responsabilidades, assegurando igualmente a imprescindível motivação das pessoas, para o cumprimento cabal, atempado e eficiente das suas novas atribuições. Seguindo esta orientação estratégica, por via deste incentivo aos recursos endógenos, será possível atingir concomitantemente um duplo desiderato; por um lado a Administração dá um sinal muito positivo de reconhecimento e valorização das competências dos seus quadros e simultaneamente dará um forte contributo para o reforço do espírito de corpo e coesão interna no seio da empresa.

A leitura da realidade atual da empresa que conduz a esta visão organizacional, decorre fundamentalmente da constatação em concreto do crescimento significativo do volume de trabalho a que a empresa tem sido sujeita em consequência da integração, ainda em curso, da atividade do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia Tecmaia.

Atendendo às perspetivas futuras que apontam para um ainda mais significativo avolumar de trabalho, nas áreas da engenharia, administrativa, financeira e contabilística, a reprogramação organizacional interna deve forçosamente ser contemplada a muito curto prazo. Só o não fazemos neste plano e orçamento porque o impacto da entrada do Tecmaia na órbita da responsabilidade da empresa ainda não está devidamente avaliado.

Isto terá de acontecer quer ao nível do planeamento, como do ponto de vista da projeção dos impactos financeiros que irão ocorrer.

Facto muito importante e, para além da integração do Tecmaia, é a necessidade de prever as medidas de gestão e administrativas inerentes à adoção obrigatória do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública – SNC-AP;

De notar que o SNC-AP implica o escrupuloso cumprimento de um conjunto de regras de normalização contabilísticas e formalidades legais de aplicação universal a toda a administração pública, facto que acarretará também um apreciável acréscimo de trabalho, sendo de prever um período de adaptação relativamente dilatado no tempo.

É digno de nota o facto de se ter verificado nos últimos anos mudanças sistémicas na organização que resultaram numa visível modernização e adaptação evolutiva aos padrões da eficiência que são hoje exigidos aos serviços do setor público e setor empresarial do Estado, no qual se insere o setor empresarial local e neste a Espaço municipal.

Essa evolução ocorreu, tendo-se verificado em 2016, pelo segundo ano consecutivo, uma redução no efetivo do seu quadro de pessoal à luz do enquadramento legal aplicável, pese embora o facto, de a empresa ter tido de integrar dois funcionários que transitaram do quadro do Tecmaia, como forma de assegurar o conjunto das tarefas logísticas, de acompanhamento dos clientes do parque, de conservação e manutenção que é imprescindível assegurar aos clientes sediados naquele espaço. De notar que o Tecmaia tinha doze trabalhadores e que, por isso, o trabalho dos 9 que foram dispensados foi assacado à Espaço Municipal sem que tenhamos para tal aumentado (ainda) os meios convenientes.

Esta acomodação tem sido possível, é justo reconhecê-lo, devido principalmente ao meritório envolvimento dos técnicos que abnegadamente têm assumido um compromisso de missão, na prossecução desse desígnio estratégico da empresa e do seu acionista único, o Município da Maia.

Revela-se útil à compreensão da estratégia de gestão, atentar nas evidências apresentadas pela projeção orçamental.

Ao nível da projeção das receitas correntes esperadas, cuja previsão se baseia nos indicadores resultantes do 1º semestre de 2016, merece evidência um crescimento que se cifra nos 226% com origem substancial nos proveitos que decorrem da integração da atividade do Tecmaia e por efeito

da alteração da política contabilística aplicada às rendas resolúveis contratualizadas com a banca, em cumprimento da determinação expressa do Tribunal de Contas.

Em matéria de fornecimento e serviços externos está projetado um crescimento que ascende aos 62%, o que evidencia a perspetiva de um ganho efetivo em economia de escala considerando que não se prevê um crescimento destas despesas proporcional ao projetado para as receitas regulares.

Aludindo agora às despesas com pessoal, merece nota especial, o facto da previsão desta despesa apontar para um crescimento de apenas 10%, o que só é possível devido ao aproveitamento das sinergias que se geraram com a integração do Tecmaia, sobretudo com a afetação dos recursos humanos da Espaço Municipal ao desempenho do vasto conjunto de tarefas técnicas e administrativas que citada integração de atividade provocou. A este nível, os números evidenciam também o completo desfasamento de proporcionalidade quer no que respeita ao acréscimo de receitas, como ao nível do crescimento da despesa com fornecimentos e serviços externos

Carece ainda de evidência o significativo aumento que surge na previsão de custos financeiros que irão ocorrer fundamentalmente, em consequência da alteração da política de contabilização das rendas resolúveis contratualizadas à banca, que conforme acima já se referiu decorre de imposição determinada pelo TC.

De harmonia com os argumentos invocados nas considerações apresentadas sobre a evolução/modernização da área Administrativa e Financeira que dá suporte à decisão de topo e à atividade geral da empresa, e atendendo particularmente às evidências reveladas nas diversas projeções do orçamento, é possível obter uma leitura abrangente sobre a forma como a empresa, nomeadamente os seus quadros, dirigentes e técnicos, foram capazes de se adaptar às mudanças estruturais e conjunturais, atenuando e/ou neutralizando os impactos que as mesmas foram provocando. Desse modo foi possível à empresa manter a sua atividade, operacionalizando essas mudanças sem perturbação interna e sem diminuição na qualidade dos serviços e atendimento disponibilizados aos seus clientes/municípios.

## **2. ATIVIDADE**

### **2.1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

Quanto à atividade desenvolvida pela empresa, dividimo-la, como habitualmente, para melhor apreciação, em áreas de atuação, agora seis, com o TECMAIA a constituir área autónoma

1. Grande reabilitação de empreendimentos;
2. Obras de reparação e conservação do parque habitacional;
3. Gestão de cobrança e controlo de rendas;
4. Gestão social dos diversos empreendimentos;
5. Gestão do programa RECRIMAIA.
6. TECMAIA

### **2.2. SITUAÇÃO POR ÁREA FUNCIONAL**

#### **2.2.1. Grande reabilitação de empreendimentos**



### **Reabilitação de empreendimentos de habitação social sob gestão da Espaço Municipal**

Não obstante os conhecidos constrangimentos orçamentais, mas tendo em conta que a reabilitação urbana é um dos vetores da possível resposta à crise ainda persistente, mantém-se a estratégia definida pelo Executivo Municipal. Assim, iremos prosseguir com o plano de reabilitação conforme o programado no Quadro I. De realçar que tal programa exige um enorme esforço financeiro ao Município e esta empresa. Todavia, na perspetiva de, finalmente, o programa Portugal 2020 vir a financiar as obras de reabilitação urbana na vertente da eficiência energética, poderá a EM ver aquele esforço minorado através de cofinanciamentos a obter através de fundos comunitários. De notar que só o edificado da Espaço Municipal pode aceder aos referidos fundos pois o seu património tem, todo, mais de trinta anos, condição "sine qua non" para apresentar candidaturas ao programa da eficiência energética.

#### **2.2.2. Obras de reparação e conservação do parque habitacional e não habitacional**

No que respeita à vertente habitacional prevê-se a continuação de ações de pequena monta (reparações urgentes), no montante global 250.000 €.

Quanto á componente não habitacional, teremos de dirigir a nossa atuação, como já estamos a fazer, para o Parque TECMAIA pois, pelo levantamento já realizado do edificado e infraestruturas, concluímos que é necessário um investimento da ordem dos 150.000 € para reparações e atualizações que há mais de três anos não foram feitas.

#### **2.2.3. Gestão de cobrança e controlo de rendas**

Podemos constatar que os níveis de incumprimento apresentam na ordem dos 5 a 6%.

#### **2.2.4. Gestão social dos diversos empreendimentos**

Continuam a ser desenvolvidos esforços no sentido de uma maior aproximação às populações servidas. Estão programadas visitas diárias aos empreendimentos para além dos atendimentos na empresa. Não obstante a escassez de recursos mantem-se o enfoque nestas ações, sendo de realçar o acompanhamento e formação à população de etnia cigana proveniente do acampamento que existiu durante décadas na Rua Abel Salazar e agora realojada no empreendimento construído para o efeito na Rua de Coriscos, A possível candidatura a diversas tipologias em ações imateriais, no âmbito do Portugal 2020 tem levado a unidade de gestão social a participar ativamente na elaboração do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano" (PEDU), empenhando-se num plano de ação para as comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. Neste âmbito, foram priorizados os seguintes territórios, todos eles sob gestão da EM:

- Requalificação dos arruamentos e infraestruturas da envolvente do Parque Urbano do Sobreiro
- Reabilitação de núcleo de construção precária correspondente à habitação social afeta à comunidade de etnia cigana no Lugar de Monte de Faro – Travessa da Anta, Castelo da Maia (Gemunde);
- Realojamento do núcleo de construção precária correspondente à habitação à comunidade de etnia cigana no Lugar dos Coriscos, Águas Santas;
- Reabilitação do núcleo de construção precária correspondente à Habitação social afeta à comunidade de etnia cigana no Lugar das Lagielas, Vila Nova da Telha;



- Reabilitação do núcleo de construção precária correspondente à habitação social afeta à comunidade desfavorecida do Bairro da Brisa e dos pré-fabricados da Travessa da Arroiteia, ambos na freguesia de Pedrouços.

A reabilitação física destes espaços implicará o acompanhamento de 61 famílias, abrangendo 236 indivíduos;

#### **2.2.5. Gestão do programa RECRIMAIA**

Prossegue regularmente a gestão deste programa, pois continua a verificar-se procura, embora bastante mais reduzida o que demonstra o êxito deste programa de iniciativa municipal na cobertura do território ao longo de 13 anos. Projeta-se para o ano de 2017 cerca de uma centena de candidaturas. Recorde-se que a média anual de candidaturas aprovadas desde 2003 até à data foi de cerca de 200.

### **3. RECURSOS**

#### **3.1. RECURSOS HUMANOS**

O propositado enfoque dado a esta matéria na introdução que acima se expende dispensa mais comentários sem embargo de lembrar que agora existe de 49 empreendimentos e 2456 fogos, 1788 frações não habitacionais e 102 lojas e escritórios. Tal ajustamento não veio a verificar-se pois atualmente dispomos de 25 elementos no quadro e não dos 41 projetados.

#### **3.2. RECURSOS MATERIAIS**

##### **3.2.1. Equipamento**

Não se prevê a aquisição de qualquer equipamento de valor significativo.

### **4. RESULTADOS**

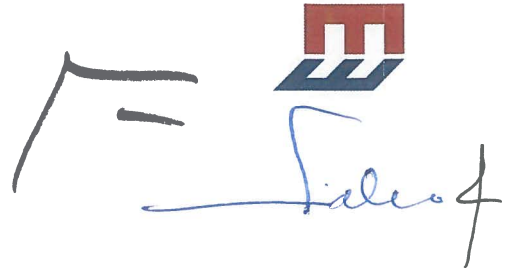
A gestão equilibrada que se tem conseguido imprimir à atuação da empresa permite-nos perspetivar resultados líquidos que garantam a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro, como até agora tem sucedido, ano após ano.

QUADRO I INVESTIMENTOS EM OBRAS DE REABILITAÇÃO DO EDIFICADO - EMPREENDIMENTOS C/M/E ESPAÇO MUNICIPAL									
PATRIMÓNIO DA CÂMARA MUNICIPAL									
EMPREENHIMENTO	FREGUESIA	Ano construção	Nº fogos	2016	2017	2018	Tríénio		
S de Outubro	Milheirós	2002	48	230.000,00	270.000,00		500.000,00		
Aldéia	Vila Nova da Telha	2000	24			100.000,00	100.000,00		
Alves Redol	Pedrouços	2004	44			400.000,00	400.000,00		
Arregadas	Águas Santas	1998	54	340.000,00					
Arroléia (pré-fabricados)	Pedrouços	1999	5	45.000,00			45.000,00		
Bajouca	Castelo da Maia	2001	66		150.000,00		150.000,00		
Bísea (pré-fabricados)	Pedrouços	1995	19	70.000,00			70.000,00		
Cardosas	S. Pedro de Fins	2000	30		285.000,00		285.000,00		
Catassol	Cidade da Maia	1995	16			32.000,00	32.000,00		
Corga	Águas Santas	1998	18	180.000,00					
Figueiras	Milheirós	2000	24		250.000,00		250.000,00		
Frijufe	Nogueira e Silva Escura	2003	36		120.000,00	130.000,00	250.000,00		
Gonçalo Mendes da Maia	Pedrouços	2001	40	225.000,00	75.000,00		300.000,00		
Gondim I	Castelo da Maia	2000	42		535.000,00		535.000,00		
Gondim II	Castelo da Maia	1999	24	190.000,00			190.000,00		
Gondim III	Castelo da Maia	2000	5		25.000,00		25.000,00		
Lidador	Vila Nova da Telha	2001	12		120.000,00		120.000,00		
Monte Penedo	Milheirós	2000	48	328.000,00	44.000,00		372.000,00		
Monte Vilar - Vilar de Baixo	Nogueira e Silva Escura	2000	58			522.000,00	522.000,00		
Maria Casal	Águas Santas	1999	16			152.000,00	152.000,00		
Outeiro I	Cidade da Maia	1999	15		50.000,00		50.000,00		
Paço	Águas Santas	2000	30	210.000,00	70.000,00		280.000,00		
Paol	Milheirós	2003	28		150.000,00		150.000,00		
GH Eannes	Gueifães	1999	54		270.000,00		270.000,00		
Pinhai - coberturas	Moreira	2003	0			110.000,00	130.000,00		
Ponte das Cabras	Cidade da Maia	2001	48			380.000,00	380.000,00		
Rodrigo Gonçalves Laje	Águas Santas	2001	42		400.000,00		400.000,00		
Sendal / Cobertura + fachadas posteriores)	Moreira	2001	21			120.000,00	120.000,00		
Senhor dos Aíllios	Águas Santas	1998	32		330.000,00		330.000,00		
Souto de Cima - 2ª fase	Castelo da Maia	1999	77			230.000,00	230.000,00		
Folgosa - 2ª fase	Folgosa	2000	62		85.000,00		85.000,00		
Telbas II	Pedrouços	2003	80			700.000,00	700.000,00		
Xisto	Cidade da Maia	2000	90		350.000,00		350.000,00		
Edifício Alto da Maia	Águas Santas	1980	NH		160.000,00		160.000,00		
<b>SUBTOTALS 1</b>			<b>1748</b>	<b>1.816.000,00</b>	<b>3.739.000,00</b>	<b>2.876.000,00</b>	<b>8.431.000,00</b>		
PATRIMÓNIO DA EM									
EMPREENHIMENTO	FREGUESIA	Ano construção	Nº fogos	2016	2017	2018			
Sobreiro - Blocos 1,2,3,4,8,9,11,12,13,19 e 20	Cidade da Maia	1977	97		1.210.000,00		1.210.000,00		
Sobreiro - Blocos 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33 e 34	Cidade da Maia	1977	88		1.210.000,00		1.210.000,00		
Sobreiro - Blocos 21, 22, 23, 24, 25, 38 e 39	Cidade da Maia	1977	56		770.000,00		770.000,00		
Torre 4	Cidade da Maia	1977	38			380.000,00	380.000,00		
Torres 1, 2 e 3	Cidade da Maia	1977	114			950.000,00	950.000,00		
Maia I	Cidade da Maia	1976	66			580.000,00	580.000,00		
Maia II	Cidade da Maia	1976	56			490.000,00	490.000,00		
<b>SUBTOTALS 2</b>			<b>555</b>	<b>0,00</b>	<b>3.190.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>5.590.000,00</b>		
<b>TOTALS 2016 e 2018 (valor total do investimento entre 2016 e 2018)</b>			<b>2303</b>	<b>1.816.000,00</b>	<b>6.929.000,00</b>	<b>5.276.000,00</b>	<b>14.021.000,00</b>		

\* Os valores apresentados não incluem IVA.

Edifício do Alto da Maia - Não é habitação mas é gerido pela EM

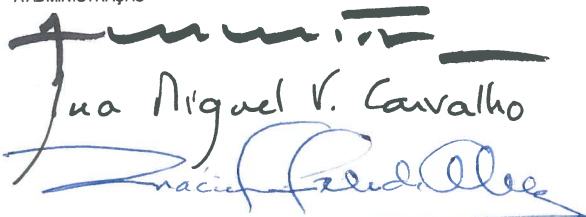
Contrato programa de 2015 ( €2.020.000,00)



**QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL PREVISIONAL 2017 DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

RENDIMENTOS E GASTOS	Exercício 2017
Vendas e serviços prestados	5.147.497,04 €
Subsídios à exploração (imputação do exercício)	4.045.000,00 €
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	6.156.745,00 €
Gastos com o pessoal	720.000,00 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	420.000,00 €
Provisões (aumentos / reduções)	0,00 €
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00 €
Aumentos / reduções de justo valor	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	720.000,00 €
Outros gastos e perdas	7.000,00 €
<b>Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos</b>	<b>2.608.752,04 €</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	415.000,00 €
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>	<b>2.193.752,04 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	2.168.351,08 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>25.400,96 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>25.400,96 €</b>

A ADMINISTRAÇÃO

  
Ana Miguel V. Carvalho

O TOC







### QUADRO III - BALANÇO PREVISIONAL INDIVIDUAL 2017

RUBRICAS	Exercício 2017
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	312.000,00
Propriedades de investimento	10.211.395,97
Trespasse ( <i>goodwill</i> )	
Ativos intangíveis	-
Ativos biológicos	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	
Participações financeiras - outros métodos	
Acionistas / sócios	
Outros ativos financeiros	
Ativos por impostos diferidos	
Ativos não correntes detidos para venda	
	<b>10.523.395,97</b>
<b>Ativo corrente</b>	
Inventários	-
Ativos biológicos	
Cientes	695.000,00
Adiantamentos a fornecedores	
Estado e outros entes públicos	185.000,00
Acionistas / sócios	
Outras contas a receber	
Diferimentos	
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos bancários	10.252,99
	<b>890.252,99</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>11.413.648,96</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	
<b>Capital próprio</b>	
Capital realizado	12.811.338,00
Ações (quotas) próprias	
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	
Prémios de emissão	
Reservas legais	95.000,00
Outras reservas	664.000,00
Resultados transitados	- 6.257.793,00
Ajustamentos em ativos financeiros	
Excedentes de revalorização	
Outras variações no capital próprio	235.703,00 €
	<b>7.548.248,00</b>
Resultado líquido do período	25.400,96 €
Interesses minoritários	
<b>Total do capital próprio</b>	<b>7.573.648,96</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Provisões	
Financiamentos obtidos	2.750.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	
Passivos por impostos diferidos	425.000,00
Outras contas a pagar	-
	<b>3.175.000,00</b>
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	115.000,00 €
Adiantamentos de clientes	
Estado e outros entes públicos	25.000,00
Acionistas / sócios	
Financiamentos obtidos	
Outras contas a pagar	525.000,00
Diferimentos	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação	
Outros passivos financeiros	
	<b>665.000,00 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.840.000,00 €</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>11.413.648,96 €</b>

A ADMINISTRAÇÃO

ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.

Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, 131, 4470-157, Maia

T: +351 229 438 030 | F: +351 229 438 038 | [espacomunicipal@espacomunicipal.pt](mailto:espacomunicipal@espacomunicipal.pt)

O TOC

9\_10

28 nov. 13

Plano Atividades\_2017 V2.docx



Maia, 14 de outubro de 2016

O Conselho de Administração,

Eng.º António Domingos da Silva Tiago, Presidente

Dr.ª Ana Miguel Vieira de Carvalho, Vogal

Eng.º Inácio Felício Fialho de Almeida, Vogal

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO  
PREVISIONAL**

**Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da **ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, EM., S.A.**, consistindo: nos Planos plurianuais e anuais de actividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e Balanço previsional.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

**Âmbito**

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;

Adriano Torres, SROC

Unipessoal, Lda.

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 236

---

- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

### **Parecer**

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela empresa.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Maia, 11 de Outubro de 2016



Adriano Torres da Silva, ROC nº 1030 em representação de

ADRIANO TORRES, SROC, Unipessoal, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 236

---

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial/NIPC 509 182 291

Capital Social: 5.000,00 €

Rua Eng. Frederico Ulrich, 1215

4475-130 Gemunde

Email: adrianotorres.roc@gmail.com; adrianotorres.roc@sapo.pt

Tel:966160969 ; 226095633 Fax: 226095633